PROCESSO N°: 787/68 - CEE
INTERESSADO: MARIA ISABEL ARAÚJO E OUTROS.
ASSUNTO : Solicitam matrícula a 1º série ginásial,
RELATORA : Conselheira AMÉLIA DOMINGUES DE CASTRO.

P A R E C E R N° 46/68 - CEM

1. Sete candidatos que prestaram exames de admissão no Instituto de Educação "Conselheiro Rodrigues Alves" de Guaratinguetá requerem legalização de sua situação no estabelecimento, tendo em vista as seguintes declarações que fazem:

- a) Requereram matrícula na escola supondo terem sido aprovados nos referidos exames, para o que juntaram os documentos necessários;
- b) Passaram a frequentar aulas, visto seus nomes constarem das "listas de classes";
- c) Receberam aviso verbal da direção do IE, no mês de maio, de que haviam sido reprovados no exame de admissão e deveriam aguardar nova época para prestá-los;
- d) Solicitam legalização da situação, com direito a matrícula na 1ª série, dispondo-se, para tanto, a prestar de imediato novo exame de admissão,

2. O processo baixou em diligência, voltando a nossas mãos com as seguintes informações assinadas pelo Diretor do estabelecimento, em resposta às perguntas feitas.

- a) Ao exame de admissão apresentaram-se 639 candidatos, sendo aprovados 602 e reprovados 37 alunos. Sobraram, pois, 14 vagas.
- b) Os nomes dos alunos requerentes constavam de diários de classe por terem sido estes elaborados pela lista de pedidos de matrícula feitos pelos candidatos à 1º série.

"Visto terem sido publicados os resultados dos exames de admissão, não se sabe se o pedido irregular de matrícula se deveu a engano (com exceção de Maria Isabel Araújo todos obtiveram média das duas matérias superior a 5,0) ou a má fé", informa a Direção da Escola. Informa ainda: "A verificação do engano só se deu em maio. O Responsável pela Direção da época entendeu de desligar pura e simplesmente os referidos sete alunos".

- c) Pela relação de notas de admissão e resultados escolares obtidos

no 1º e 2º bimestres deste a no (ver quadro anexo) dos requerentes podemos concluir que:

Três dos sete alunos tiveram frequência regular e aproveitamento razoável ou bom; um dos alunos, Pedro Jarbas de Oliveira teve rendimento escolar excepcionalmente bom, não obstante a nota inicial em Português.

Quatro dos requerentes tiveram elevado número de faltas e rendimento escolar muito deficiente.

Todos os requerentes estavam aprovados em matemática e reprovados em Português pelo exame de admissão. As notas obtidas nessas disciplinas no 1º e 2º bimestres confirmaram a deficiência geral em Português. Com duas exceções apenas, as notas de matemática foram reduzidas, embora razoáveis.

3. Mais uma vez nos confessamos perplexos diante das falhas administrativas encontradas em nossos Colégios. A Secretaria do Instituto de Educação Estadual "Conselheiro Rodrigues Alves" não apenas acolheu pedidos de matrícula de alunos reprovados conforme o Art. 30 do Decreto nº 47.404, de 19 de dezembro de 1966, mas ainda elaborou diários de classe dos quais constavam seus nomes. Quanto aos alunos e seus responsáveis, é admissível que não conhecendo o referido art. 30, supusessem ser a aprovação decidida pela média cinco e não pela obtenção dessa nota em cada matéria. Mas como explicar a aluna "matriculada" com 4,75? Seria, se não obrigatório, mas pelo menos conveniente que a escola, ao publicar as notas, esclarecesse ao público sobre as normas da aprovação.

Não nos ocorreu arguir da existência de outros reprovados na mesma situação: média 4,75 ou 5 global no exame de admissão. Se existirem, qualquer decisão favorável aos alunos matricula dos por um "engano lamentável" como diz o Senhor Diretor, poderá trazer justas reclamações de sua parte.

No processo não consta referência alguma a Inspeção do Ensino à qual se acha vinculado o Colégio não sabemos sequer se tomou conhecimento do fato.

4. A aplicação rigorosa da lei obrigar-nos-ia a manter a decisão da Diretoria, desligando simplesmente da escola os alunos irregularmente matriculados.

Mais uma vez, lamentamos encontrar um óbice para a aplicação legal, na própria atuação das autoridades encarregadas de cumprir a lei, os regulamentos não foram considerados, na hora devida, pela escola. Não cumpridos que foram criaram mais que uma presunção de direito para os alunos envolvidos: levaram-nos a uma esperança, a despesas com material escolar, há por parte de alguns deles um grande esforço para vencer as deficiências de seu preparo básico.

Considerando esses aspectos humanos da questão, bem como a época em que voltou-nos às mãos o processo, após a diligência (10 de outubro), opinamos que os alunos devem ter sua matrícula regularizada, mediante nova prestação de exames de admissão (e se nestes obtiverem média legal) para que a irregularidade fique sanada em suas fichas escolares.

Solicitamos, outrossim que deste parecer seja enviada cópia aos órgãos competentes da Secretaria da Educação, para as providencias que julgarem conveniente tomar diante da irregularidade administrativa.

Esse o nosso parecer* s.m.j.

São Paulo, 4 de novembro de 1968.

as. Cons^a AMÉLIA DE DOMINGUES DE CASTRO

Relatora

Aprovado pela maioria na 30^a sessão ordinária da Câmara do Ensino Médio, realizada em 2 de dezembro de 1968 com abstenção dos Conselheiros Alpínolo Lopes Casali e José Mário Pires Azanha.

as. Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI

Presidente da CEM.

	Exames de admissão			Notas do bimestre			Número de faltas no bimestre.	
	Mat.	Port.	Média	Mat.	Port.	Média Geral	1º	2º
Maria Isabel Araujo	7,0	2,5	4,75	4,0 -	4,0 4,5	má	33	47
Maria Helena R. Maia	8,5	4,5	6,50	4,5 6,0	3,0 4,5	boa	2	7
Wagner A. M. Ribeiro	8,5	4,5	6,50	5,0 -	3,5 -	má	7	55
Luiz Carlos P. Barbosa	7,5	3,5	6,00	4,0 4,0	1,0 -	má	59	54
M. Antonio Vasconcelos	7,5	3,5	5,50	5,0 -	2,0 -	má	12	51
Valdir J. V. Carvalho	7,0	4,0	5,50	5,0 8,0	3,5 4,0	boa	2	14
Pedro Jarbas Oliveira	9,5	3,5	6,50	8,5 8,0	4,0 7,0	muito boa	4	10